

TRABALHO: ANÁLISE DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ATRAVÉS DA LEITURA DA HISTÓRIA

(2010)

Patrícia Guedes de Albuquerque
Patrícia Pazinato

Universidade São Francisco São Paulo/SP (Brasil)

E-mail:

pguedesa@gmail.com

RESUMO

O trabalho tem passado por uma série de transformações históricas que culminaram em mudanças na significação e representação deste para o ser humano. Assim seu estudo embasado em fontes históricas pode contribuir para ampliação da compreensão de suas representações. Visou-se refletir, fundamentada na teoria da representação social de Serge Moscovici, acerca de pontos da história do trabalho. Tratou-se de uma pesquisa qualitativa, cujos dados foram produzidos por meio de levantamento bibliográfico, livros nas bases de dados da Universidade São Francisco, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Universidade de São Paulo e Centro Cultural de São Paulo, sendo um estudo exploratório de método de procedimentos histórico. Os dados produzidos nos permitiram discernir a respeito de algumas representações sociais do trabalho, sua construção e interação. Destacam-se em cada período representações sociais distintas, complementares e resultantes de outras representações. Os resultados deste estudo demonstraram que os objetivos, meios de realização, determinam a representação social do trabalho quanto fenômeno em que o alcance das metas sem sofrimento nos modos de sua realização elevam o índice de satisfação do ser humano e a construção de uma representação social positiva. Em contrapartida, os esforços para sua concretização sem o alcance das metas, depreciam o trabalho, levando-o a uma representação social negativa e sua realização ausente de satisfação ao ser humano.

Palavras-chave: Trabalho, história do trabalho, teoria da representação social

INTRODUÇÃO

O trabalho tem passado, desde o período pré-histórico até os dias atuais por uma série de transformações, impulsionado pelos objetivos e pelas suas formas de realização, a saber, podendo ter como objetivos a sobrevivência, acumulação de capital, conquista de posições.

As formas de realização do trabalho, o aprimoramento de seu fazer com desenvolvimento de técnicas, modo de produção e organização, bem como a construção das representações sociais do trabalho.

Para que se atingisse o objetivo foram realizadas pesquisas bibliográficas e uma leitura dos pontos teóricos apontados pelos historiadores, identificando aspectos como modos de realização do trabalho e o que objetiva, nos períodos históricos.

Esse estudo embasou-se na historiografia francesa que Arruda (1989) dividiu nas Idades Antiga, Média, Moderna e Contemporânea, atualmente existem discussões acerca desta divisão, pois para alguns historiadores ingleses e soviéticos, há apenas as três primeiras idades, contanto para este estudo mantivemos como parâmetro a historiografia francesa.

Foi utilizada para discussão dos levantamentos bibliográficos a teoria da representação social de Serge Moscovici, do livro *Social Representations: Explorations in Social Psychology* editado por Gerard Duveen (2000) e traduzido por Guareschi (2003) sobre o nome “*Representações sociais: investigações em psicologia social*”.

Evitou-se a conceitualização do trabalho e focou-se a reflexão deste como fenômeno, devido as suas “estruturas dinâmicas, operando em um conjunto de relações e de comportamentos que surgem e desaparecem, junto com as representações”, em um processo em continua transformação. (Moscovici, 2003, p.47)

HISTÓRICO E CONCEITO DA TEORIA DA REPRESENTAÇÃO SOCIAL

Serge Moscovici é o precursor da teorização da representação social no campo da psicologia social. Para Farr (1996, p.136), quando no começo da idade moderna, Moscovici (1961) inaugurou uma forma sociológica de psicologia social, nomeando Durkein como seu ancestral, rejeitando, contudo, a distinção proposta por ele para representação, sendo as representações individuais, um estudo para psicólogos e as representações coletivas um campo específico dos sociólogos.

Durkeim privilegiou a dicotomia entre público/privado no contraste entre o coletivo e o individual, o que lhe possibilitou colocar foco no conhecimento público e nas crenças pessoais, psicológicas e privadas, direcionadas ao estudo dos psicólogos. (Farr, 1996).

Para Moscovici (2003) as representações coletivas se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de idéias e crenças (ciência, mito, religião, etc.). Para a representação social, os fenômenos necessitam serem descritos e explicados, relacionados com um modo particular de compreender e comunicar, um modo que cria a realidade como senso comum e o social.

Parafrazeando Moscovici (2003) existe uma diferença entre a mente primitiva, sendo que esta tem medo das forças da natureza e que nos possibilitou sobreviver, enquanto a mente científica teme o poder do pensamento e conseguiu a sobrevivência do ser humano em pouco tempo, ambas representando a relação entre nossos mundos internos e externos. No entanto, as pessoas ainda vêm o que seus antepassados viam, mas diferenciam as aparências da realidade, ou do que definem como realidade.

Representar significa, a uma vez e ao mesmo tempo, trazer presentes as coisas ausentes e apresentar coisas de tal modo que satisfaçam as condições de uma coerência argumentativa, de uma racionalidade e da integridade normativa do grupo. (Moscovici, 2003, p. 216)

Segundo Moscovici (2003, p. 21) a representação social é:

um sistema de valores, idéias e práticas, com uma dupla função, primeiro, estabelecer uma ordem que possibilitará às pessoas orientar-se em seu mundo material e social e controlá-lo; e, em segundo lugar, possibilitar que a comunicação seja possível entre os membros de uma comunidade, fornecendo-lhes um código para nomear e classificar, sem ambigüidade, os vários aspectos de seu mundo e de sua história individual e social.

Desta forma, todos estão cercados tanto individualmente como coletivamente por palavras, idéias e imagens que penetram nossos sentidos (olhos, ouvidos, olfato, tato) e nossa mente, quer queiramos ou não, seja natural, social ou por ambas, conforme Moscovici (2003) as representações têm duas funções, uma que convencionaliza e outra que prescreve.

A função que convencionaliza os objetos, pessoas ou acontecimentos, localizando em uma determinada categoria, determinado tipo, distinto e partilhado por um grupo de pessoas e as prescritivas, em que se impõem sobre as pessoas como uma força irresistível, sendo uma combinação de uma estrutura presente antes mesmo que comecemos a pensar numa tradição que decreta o que se deve pensar.

Moscovici (2003) afirma que “a sociedade possui sua própria estrutura, que não é definível em termos das características dos indivíduos; esta estrutura é determinada pelos processos de produção e de consumo, pelos rituais, símbolos, instituições, normas e valores” (p.153).

A sociedade possui uma organização embasada em sua história, suas próprias leis, dinâmicas e processos culturais que organizam os conhecimentos em uma sociedade, pelo estabelecimento de relações entre indivíduos, grupos, pela formação de movimentos sociais (associações, instituições, partidos), em que os homens agem e interagem, criando à realidade social comum e esta é compreendida pelos universos consensuais e reificados.

No universo consensual, a sociedade é reconhecida como um grupo de pessoas que são iguais, cada uma com possibilidade de falar em nome do grupo, agindo e reagindo como o ser humano, sendo este a medida de todas as coisas, em que nenhum indivíduo possui competência exclusiva, mas adquire as competências exigidas pelas circunstâncias, locais em que as pessoas querem se sentir em casa, a salvo de qualquer risco, uma “criação visível, contínua, permeada com sentido e finalidade, possuindo uma voz humana, de acordo com a existência humana”. (Moscovici, 2003, p.49)

No universo reificado, a sociedade é reconhecida como um sistema de diferentes papéis e classes, cujos membros são desiguais e as competências adquiridas determinam à participação e, as organizações preestabelecidas dentro do sistema. Cada sistema com suas regras e regulamentos, em que a história, natureza e todas as coisas responsáveis pelo sistema, são responsáveis pela hierarquia de papéis e classes, “a sociedade é transformada em um sistema de entidades sólidas, básicas, invariáveis, que são indiferentes à individualidade e não possuem identidade” (Moscovici, 2003, p.50).

De acordo com Moscovici (2003) os universos não possuem uma estrutura específica, apresentam contrastes entre ambos, as representações sociais tratam do universo consensual por restaurar a consciência coletiva e lhe dá forma, explicando os objetos e acontecimentos, tornando-os acessíveis a qualquer um. A ciência compreende o universo reificado, cuja finalidade consiste em “estabelecer um mapa das forças, dos objetos e acontecimentos” (Moscovici, 2003, p.52).

Quando tudo é dito e feito, as representações que nos fabricamos – duma teoria científica, de uma nação, de um objeto, etc. – são sempre o resultado de um esforço constante de tornar comum e real algo que é incomum (não-familiar), ou que nos dá um sentimento de não-familiaridade. E através delas nós superamos o problema e o integramos em nosso mundo mental e físico, que é, com isso enriquecido e transformado. (Moscovici, 2003, p.58)

O próprio autor considera que a finalidade das representações sociais é tornar familiar algo não familiar, sendo familiar tudo que acontece como situações, gestos e idéias que se espera que

sejam iguais, sem mudanças, um padrão que segue uma referência já estabelecida de ações e reações, em contrapartida o não familiar é o desconhecido, incomum.

Esse processo de tornar familiar o não-familiar apresenta dois mecanismos: a ancoragem e a objetivação.

A ancoragem consiste na classificação de alguma coisa, sendo um “processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nos pensamos ser apropriada”. (Moscovici, 2003, p.61)

Classificar algo significa que nos o confinamos a um conjunto de comportamentos e regras que estipulam o que é, ou não é, permitido, em relação a todos os indivíduos pertencentes a essa classe, [...] Categorizar alguém ou alguma coisa significa escolher um dos paradigmas estocados em nossa memória e estabelecer uma relação positiva ou negativa”. (Moscovici, 2003, p. 63)

A objetivação consiste em “transformar algo abstrato em algo quase concreto”, unindo a *não-familiar* com a realidade, dando uma identidade social ao que não estava identificado “objetivar é descobrir a qualidade de uma idéia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem. Comparar e já representar, encher o que está naturalmente vazio, com substância”. “A arte de transformar uma representação na realidade da representação”.

Destarte é da junção das experiências e memórias, que não são estagnadas, que se extrai as imagens, gestos, linguagens para compreensão do não-familiar, desconhecido através da ancoragem em que a memória em movimento é dirigida para dentro, colocando objetos, acontecimentos e pessoas, classificando-as e a objetivação em que os objetos, acontecimentos e pessoas após a ancoragem são mais ou menos direcionados para fora, classificando conceitos e imagens para reuni-las e reproduzi-las no mundo exterior.

Conforme Moscovici (2003) quando nós respondemos à pergunta “por que” recorremos a uma representação social, contexto geral para o qual nós fomos levados, a fim de dar uma resposta específica, as representações sociais diferem de uma esfera ou de uma sociedade para outra, seu objetivo é descobrir como os indivíduos e grupos podem construir seu mundo estável, previsível e como utilizam os dois mecanismos das representações.

Um exemplo para compreensão é que para a classe dominante o ser humano e que é responsável por tudo que acontece, para classe dominada os fracassos se deve as condições que a sociedade cria para os seres humanos, compondo ambas a casualidade social, sendo esta uma teoria das atribuições em que a representação atribui o que são elas, em cada caso, tanto para o indivíduo quanto para a sociedade e esta possui ainda a casualidade pessoal, considerada de

direita e a casualidade situacional é uma explicação de esquerda e as duas se misturam para produzir características específicas e nós saltamos de uma para outra.

De acordo com Moscovici (2003) “tudo que se pode dizer é que indivíduos chegam a opiniões mais extremadas depois da interação social” e que “a sociedade muda e cria e suas demandas são importante fonte de estimulação” (p.127).

Destarte a teoria da representação social de Serge Moscovici toma como ponto de partida os objetos sociais, fenômenos, o estudo das sociedades, da diversidade dos indivíduos, seus sistemas de valores através das funções que convencionalizam e prescrevem, da análise dos universos consensual, reificado em que se inserem, dos mecanismos de ancoragem e objetivação e no processo constante do ser humano em transformar em familiar o não-familiar.

A sociedade transforma, agrega e cria as representações sociais embasada na trajetória da história dos seres humanos e nas suas construções.

Moscovici (2003) enfatiza que:

as representações sociais são sempre um produto da interação e comunicação e elas tomam sua forma e configuração específicas a qualquer momento, como consequência do equilíbrio específico desses processos de influência social. (p. 21)

Trabalho nos períodos históricos

Segundo Oliveira (2006), “a história do trabalho começa quando o homem buscou os meios de satisfazer suas necessidades” (p. 6), repercutindo em todas as suas ações, bem como configurando suas conquistas e declínios.

O conhecimento do período Pré-histórico se deu pelo estudo e análise que Barbeiro, Cantele e Schneeberger (2004) denominam de vestígios deixados pelos povos desta época situando seu início cerca de 2 milhões de anos a.C a aproximadamente 4 mil anos a.C em que o tipo de cultura e fase do desenvolvimento da humanidade foi determinado pelo estudo do tipo de material utilizado para fabricação dos instrumentos e pela técnica empregada este período foi dividido em três etapas, a Paleolítica, Neolítica e Idade dos Metais:

A pré-história em suas três etapas situa o ser humano quanto à necessidade de adaptarem-se as mudanças ambientais, exigências e desenvolvimentos intelectuais, tendo o trabalho como gerador das transformações socioeconômicas, culturais e de seu próprio modo de se fazer, organizar-se.

Na etapa Paleolítica, também conhecida como Idade da Pedra Lascada, devido à matéria-prima utilizada a pedra e a técnica aplicada, que consistia em lascar as pedras para fabricação de instrumentos. Os instrumentos eram utilizados para caça, pesca e coleta de frutos, raízes, sendo

está a base econômica e os seres humanos eram considerados caçadores e coletores. (Neves & Nadai, 1990)

O ser humano desta época era predador, sua necessidade de se adaptar as condições ambientais, como o clima frio que o obrigava a viver em cavernas e a utilizar vestimentas de pele de animais e mudarem de local, configurando-o como povo nômade.

Iniciou-se nessa etapa a organização rudimentar do trabalho, o lascar a pedra até que esta adquirisse o formato adequado à utilização, tendo como objetivo a garantia da sobrevivência, mesmo com os agrupamentos de trabalhadores como meio da aquisição do alimento e a repartição por igual a seus membros, as primeiras divisões do trabalho em que um grupo fabricava as ferramentas e outro caçava.

A etapa Neolítica, conhecida como Idade da Pedra Polida, decorrente aprimoramento da técnica de fabricação dos instrumentos em que a pedra depois de lascada era polida, dinamizando sua utilização. Essa etapa é marcada pelo aperfeiçoamento da organização social em que o trabalho mesmo sendo realizado com o objetivo de garantir a sobrevivência do ser humano, ganha com o seu desenvolvimento.

Conforme descreverá Berutti (2004) “da capacidade intelectual e evolução da técnica outros modos de produção, bem como a iniciação dos grupos de trabalho, para defesa, plantio, fabricação de artefatos, construção em que o trabalho era realizado com base na coletividade” (p.12).

As ações, criações dos seres humanos possibilitou-lhe a sedentarização que Barbeiro, Cantele e Schneeberger (2004) “significaram como o habitar um lugar, fico, dando origem à comunidade” (p.13).

Desta forma, o trabalho desenvolve-se não apenas como meio de sobrevivência, mas de segurança, domínio da natureza, fixação espacial com o início da construção de casas, a propriedade, as embarcações, agregando agora o plantio, domesticação de animais e aperfeiçoamento de técnicas.

Na etapa Idade dos Metais, a evolução das técnicas, modos de produção, bem como a organização social que passou a contar com as dominações das comunidades menos desenvolvidas pelas mais desenvolvidas e o trabalho realizado. O aprimoramento de técnicas, vislumbrado como meio da aquisição do poder, espaço.

O fruto do progresso das técnicas de fundição foi o aperfeiçoamento dos utensílios e das armas, possibilitando ao ser humano o domínio da natureza, à evolução das técnicas agrícolas a promoção da dissolução das comunidades Neolíticas e de muitas de suas instituições como a propriedade coletiva, bem como contribuindo para que as comunidades desenvolvidas exerçam domínio sobre outras de menor poder. (Vicentino, 2006)

O trabalho tornou-se exercício do poder, em que a dominação que outrora se estabelecia sobre a natureza passa-se a estabelecer-se também sobre o ser humano, comunidade.

A Idade dos Metais desponta como a transição entre a pré-história e a história que de acordo com Berutti (2004) “muitos locais as ações e o trabalho do ser humano já se confundiam com o início do período histórico, definido pela invenção da escrita” (p.14).

Com as descobertas desencadeadas no período pré-histórico, conforme explicitado na seção anterior, a história foi oficialmente estabelecida pela invenção da escrita, bem como pelas transformações sócio-culturais datando segundo Barbeiro; Cantele e Schneeberger (2004) de 4 mil a.C até a atualidade.

Na Idade Antiga a expansão da economia pastoril que conduziu a uma forma organizada de prática agrícola em que os dirigentes eram responsáveis por toda a economia do povo, organizando segundo seu critério, distribuindo os alimentos, as modalidades de trabalho e impondo deveres aos componentes dos grupos, desenvolvendo os meios técnicos de produção e uma divisão mais racional das funções (Blay & Filho, 1962).

Vicentino (2006) divide este período embasado na organização econômica de duas formas, como as sociedades asiáticas constituída pelos egípcios, mesopotâmicos, hebreus, fenícios, persas com regime de servidão coletiva e a sociedades escravistas constituídas pelas sociedades clássicas sendo a grega e a romana.

A base produtiva entre esses povos foi à agricultura e o aprimoramento de técnicas agrícolas, bem como a entrega da produção excedente aos governantes, norteador o surgimento dos impostos.

A servidão coletiva em que as pessoas plantavam e exploravam a terra e servia ao Estado (entregando o excedente da produção), proprietário absoluto da terra. Nessas comunidades, a produção agrícola sustentada por grandes obras era a preocupação primária e o comércio e o artesanato tinham função secundária, havia controle do Estado sobre as produções. (Vicentino, 2006).

As sociedades dos egípcios, hebreus, mesopotâmicos, fenícios e persas foram marcadas pela formação de castas, poder centralizado no Estado, administrado nos egípcios pelo faraó e família, mesopotâmicos pelo rei e família, hebreus pela família real, fenícios pelos mercadores e proprietários de navios e nos persas pelo imperador, em que a educação era privilégio dos dirigentes da sociedade, reis, faraós e família e os aristocratas.

A organização política e econômica embasou-se na administração estatal, sobre a dominação do Estado, cabendo aos camponeses subjugados pagarem impostos sob a forma de produto ou de trabalho conforme descreverá para consecução das obras públicas (Oliveira, 2006)

A religião politeísta ou monoteísta tendo como representantes os sacerdotes ou magos, intermediadores entre os/ou deus (es), base de dominação ditando o comportamento adequado a ser seguido pela massa popular.

O poder da religião pode ser compreendido no trecho abaixo sobre a religião dos persas em que:

Algumas virtudes recomendadas pelo zoroastrismo, como o cumprimento às obrigações de trabalho, obediência aos governantes, criação de muitos filhos e cultivo de terra, serviam também para convencer a camada mais inferior da sociedade persa a não se revoltar contra a situação de exploração a que vivia submetida. (Tota & Bastos, 1993, p.13)

O trabalho passa de uma ação para sobrevivência e defesa, igualdade na divisão da produção para organização e divisão do trabalho de forma racional em classes, evidenciando e ampliando o exercício do poder iniciado na Idade dos Metais do humano sobre o humano,

de povos sobre povos e como manutenção e expansão do poder, divisor de grupos embasado na servidão coletiva e cooperação na produção entre os membros e sob uma organização religiosa.

O regime escravista apresentado pelos gregos e romanos embasava sua produção e economia no escravismo. (Vicentino, 2006)

Oliveira (2006) enfatiza que essas formações apresentam como característica principal o aparecimento e desenvolvimento da propriedade privada, os pontos marcantes são a má distribuição de terra e a persistência de terras coletivas, públicas, a vida transcorre numa relação íntima entre a cidade e o campo.

O próprio Oliveira, já citado, explicita que a organização social estava dividida em *oikiste*, é o chefe da família e guerreiro e concentra em suas mãos toda a produção e as trocas, o pequeno camponês e escravos, resultado das prisões militares ou pela sujeição devido as dívidas e o trabalhador contratado para atividades complementares como a colheita recebendo o correspondente ao seu trabalho.

Os gregos e romanos, neste período, basearam sua economia na agricultura mercantil, no escravismo, os seres humanos eram tratados como coisas, como instrumentos de uso, troca e venda e adquiridos através das guerras e conquistas territoriais; no desenvolvimento da propriedade privada, surgem as diferenças sociais, devido à má distribuição de terra, dando origem a classes com grandes propriedades, pequenas e sem propriedades, impulsionando a expansão marítima e comercial construindo uma nova e articulada classe de comerciantes, e a utilização de moedas.

A organização social da Grécia é apresentada em uma divisão entre a agricultura de administração familiar, com o chefe da família, pequeno camponês e escravos no trabalho

artesanal dividido em homens livres, migrantes estrangeiros e escravos, cada um com suas atividades e em Roma foi definida pela camada social dominante, os gentes constituída pelos patrícios e clientes e a camada social dominada composta pelos plebeus e escravos. Devido às desigualdades entre os patrícios e os plebeus ocorrerá lutas entre as duas camadas e em ambas existiam os trabalhadores livres e contratados para atividades artesanais ou para colheita.

Roma apresenta a organização de classe de trabalhadores e escravos, separados em empregador e empregados com características iniciais embasadas na religião e em paralelo organizada via o ofício, intituladas de associações ou corporações.

A religião politeísta difundida em Roma e na Grécia, adquire caráter doméstico, nos povos gregos o pai exercia a função de sacerdote, nos povos romanos nas habitações havia altares, após expansão, o Estado torna-se responsável pela religião, neste período surge o cristianismo, difundido na Idade Média (Arruda, 1989).

O trabalho passa de uma ação para sobrevivência e defesa, igualdade na divisão da produção para organização e divisão do trabalho de forma racional em classes, evidenciando e ampliando o exercício do poder iniciado na Idade dos Metais do humano sobre o humano, de povos sobre povos e agora como manutenção e expansão do poder, divisor de grupos embasado na servidão coletiva e cooperação na produção entre os membros e sob uma organização religiosa.

Na Idade Média, Oliveira (2006), destaca que:

a passagem do escravismo ao servilismo, foi marcada pelas transformações na Europa ocidental, o trabalho escravo, que já não correspondiam às necessidades de produção com o avanço dos latifúndios e o preço dos escravos subia muito, em contrapartida a produtividade não compensava o investimento inicial e a manutenção dos escravos, deste modo com o enfraquecimento da estrutura de produção, surge à exploração direta do trabalho camponês com sua concentração no campo e a criação de formas de senhorio (p. 42)

A organização social consistia na Europa ocidental das seguintes classes sociais: o clérigo, nobreza, servos, homens livres com menos obrigações que os servos, administradores dos feudos para a nobreza e escravos em menor número e no Oriente prevalecia hierarquia social semelhante, em ambos o sistema feudal.

No Oriente, os chineses para os quais a base econômica era a agricultura organizaram-se em regime feudal, na classe dominante estavam o imperador e a aristocracia de funcionários instruídos e mercadores ricos e na classe dominada constituída pelos camponeses, o Japão constituído de uma infinidade de domínios feudais, a organização social era composta pelo imperador, os funcionários do governo, a casta militar e os camponeses, a religião preponderante

neste período foi o budismo, cuja moral fundamentou a administração governamental. (Souto Maior, 1978)

Os servos compostos pelos camponeses eram instrumentos de uso dos senhores, formados pela nobreza e pelo clérigo (líderes religiosos).

Surgem em substituição da estrutura escravista o feudalismo, cuja posse de terra era o critério de diferenciação dos grupos sociais, nobreza, clero e os servos (Vicentino, 2006)

Segundo Oliveira (2006):

O feudalismo sugere fundamentalmente, a persistência de formas de coerção direta muito variável, traduzidas pelo trabalho compulsório sob relação de dominação e de servidão. Essas relações se concretizam primordialmente no campo, onde o produtor direto não é proprietário da terra e trabalha para o senhor sob formas de dependência social e jurídica legitimadas pelo poder político. (p.48)

Para Laner (2005 p.11), a figura do escravo “trabalhador” passou a confundir-se com a do servo e as mudanças no mundo do trabalho foi no campo rural, cuja matéria-prima gerada pela agricultura abastecia a indústria artesanal, o desenvolvimento das atividades de artesanato e o comércio, aumentou o fluxo de negócios na Europa. As atividades de fiação e a

tecelagem mudaram definitivamente as bases da produção social, da agrária para a indústria, principalmente nas cidades de ambiente comercial.

O cristianismo surgiu no final da Idade Antiga, e a Igreja composta pelo Papa que exercia os poderes espiritual e temporal, os bispos governavam a diocese constituída por várias paróquias administradas pelos sacerdotes, arcebispos, párocos exigia obediência aos seus seguidores e em nome da vontade divina enriquecia-se e, justificava suas ações e a hierarquia social estática, divulgando-se como o único caminho para a salvação pós-morte, surge o dízimo como imposto divino. (Laner, 2005)

A Igreja, proprietária de terras e detentora do poder religioso e presente no controle ideológico das categorias da sociedade feudal reproduziu a coerção dos senhores feudais, com a arrecadação do dízimo. (Oliveira, 2006, p.54)

Segundo Huberman (1986), “a Igreja ensinava que havia o certo e o errado em todas as atividades humanas. O padrão do que era certo ou errado na atividade religiosa não diferia das demais atividades” (p. 35), assim, condenava o juro, devendo o indivíduo que emprestava não cobrar além do que foi emprestado.

Os ingleses, no primeiro período da Guerra dos Cem anos que conquistaram a França, instituíram o trabalho obrigatório à camada inferior da sociedade, os camponeses com salários baixos com intuito de mantê-los no campo.

Parafrazeando Albornoz (1995), nos primeiros tempos do cristianismo o trabalho era visto como punição para o pecado, que também servia aos fins últimos da caridade e para afastar os pensamentos provocados pela ociosidade, depois o trabalho deveria ser obrigatório para os monges, alternando com a oração, para os grupos de crenças rebeldes, considerados seitas heréticas, o trabalho deveria ser procurado como penitência.

O desenvolvimento e a expansão comercial levaram a transferência do maior símbolo de riqueza a terra para o dinheiro, mudando de economia natural para monetária alterando de modo decisivo a concepção de trabalho. (Laner, 2005)

Neste contexto, surge uma nova classe a dos burgueses, formada por comerciantes, industriais, banqueiros, que devido sua riqueza conseguiram ao apoiar o rei regalias, como isenção no imposto.

Huberman (1986) descreve que a organização industrial do período era constituída de sistema a priori pelo sistema familiar em que o trabalho era realizado de modo a atender ao consumo da família e a posteriori pelo sistema de corporações, produção realizada pelos mestres artesãos com dois empregados, em que era vendido o produto do trabalho.

O trabalho no campo é marcado pela exploração, o trabalho urbano devido a necessidade de produção apresenta conflitos entre o trabalho livre e o trabalho semicompulsório.

Para Pedro (s/d), cabia a corporações de ofício, controlar a qualidade dos produtos, horários de funcionamento das oficinas e empregados dividida em quatro classes profissionais: mestre artesão, que dominava todas as etapas da profissão, dono de oficina, título adquirido após passar pelas provas da corporação; companheiro, artesão formado que não possuía oficina e trabalhava em troca de salário; aprendiz, jovem que se empregava em uma oficina com o intuito de aprender e o jornaleiro, sujeito que trabalhava por jornadas combinadas.

Arruda (1989) explicita que dentre os fatores da crise do feudalismo estão o crescimento populacional, ampliando o mercado de consumo, levando a uma desestruturação do modo de produção servil que não conseguirá atender as necessidades do mercado, com a crise do feudalismo as relações entre os senhores e os servos transformaram-se, consistindo em relações abertas, cujo servos trabalham sob contrato e, fechadas, tornando o servo escravo.

A Idade Moderna foi palco de significativas transformações, o poder que outrora estava nas mãos dos senhores feudais e da Igreja passam para o Estado, o sistema feudal é substituído pelo capitalismo comercial ampliando o processo de acumulação de capital, aprimoramento de técnicas comerciais e de produção.

Aquino e col (1995) declaram que na época moderna a sociedade era dividida em ordens e estados com o clero, a nobreza e o povo, a burguesia se enquadrava no terceiro estado no campo da economia.

Arruda (1990) afirma que, surge em oposição ao feudalismo, o capitalismo caracterizado pela produção para o mercado, transações monetárias, na transição do feudalismo para capitalismo, ampliam-se o processo de acumulação de capital, mão-de-obra, do mercado e desenvolvimento das técnicas de produção.

Desenvolveu-se o sistema colonial mercantilista em que emergiu dentre os territórios conquistados via os descobrimentos e evolução marítima, a divisão entre colônia de exploração e a colônia de povoamento e a primeira divisão do trabalho internacional cabendo a colônia o fornecimento de matéria-prima e a metrópole (colonizadores) o sistema de manufatura. (Pedro, s/d)

A Igreja Católica passou por uma reforma, não sendo mais detentora do saber cristão dividido em católicos, calvinistas, luteranos, anglicanos e outras seitas rivais que renunciavam a autoridade papal. O teocentrismo cede lugar para o antropocentrismo, evidencia-se a razão, cria-se a ciência experimental cujo desenvolvimento contribuiu para a construção de métodos científicos, aliando o teórico com o prático para dinamização da produção. (Aquino e col., 1995)

O sistema de produção, a intensificação da divisão do trabalho, as posições dos trabalhadores no ambiente de trabalho, as lutas entre os burgueses e o alto poder, empregadores e empregados e entre os próprios trabalhadores geraram as relações entre o opressor e o oprimido, havendo ainda como trabalho o escravo e o servil.

A Idade Contemporânea apresenta acentuado crescimento de consumo da população mundial, desenvolvimento científico, construção e aprimoramento das máquinas, revoluções que estabeleceram modelos socioeconômicos, políticos e industriais, bem como a explosão das diferenças, crises e guerras que norteiam as experiências humanas à atualidade, como o sistema econômico capitalista. (Hobsbawn, 1977)

A Revolução Francesa embasou os preceitos políticos e sociais com a Declaração dos Direitos Humanos e do Cidadão, reivindicando e instituindo direitos e soberania ao povo. (Blay & Filho, 1962)

A Revolução Industrial fruto do investimento maciço no aperfeiçoamento de máquinas e técnicas de produção, marcada pela tecnologia e descobertas científicas, pela comunicação e industrialização. (Oliveira, 2006)

O “mais formidável legado da Revolução Francesa foi o conjunto de modelos e padrões de sublevação política que ela estabeleceu para uso geral dos rebeldes em toda a parte do mundo” (Hobsbawn, 1977, p. 130)

Com a industrialização automatizada, a racionalização, estandardização dos processos produtivos e a divisão do trabalho, acentuaram-se as diferenças entre as classes burguesas (donas da produção, do produto e da mão-de-obra) e os proletariados que vendiam sua força de trabalho por um salário, desencadeando lutas. (Crouzet, 1958).

Diante das condições de trabalho e salários, os operários reuniram-se, realizaram greves, movimentos, formaram sindicatos, exigindo seus direitos e obtiveram êxitos como a conquista da redução da carga horária de trabalho para 8 horas, a assistência médico-hospitalar, jurídica e previdenciária. (Hobsbawn, 1977)

Os avanços tecnológicos nas indústrias emergiram da necessidade de aumentar a produção e diminuir os custos, e de ter sob controle os trabalhadores. (Berutti, 2004)

Compreendendo Oliveira (2006) a organização operária surgiu em toda Europa estendendo-se a outros países, dando início à formação dos sindicatos, com reivindicações como a diminuição da jornada de trabalho (que ficou reduzida a 8 horas a 10 horas). Dentre as conquistas do movimento dos proletariados estava o direito de organização sindical e cooperativa, legitimação de leis trabalhistas em códigos jurídicos, assistência médico-hospitalar, jurídica, previdenciária, entre outros.

O aprimoramento da tecnologia, das máquinas automatizadas e dos processos de produção (*taylorismo, fordismo, toyotismo*) diminuiu-se o número de trabalhadores nas empresas como consequência o aumento do desemprego, das horas extras, baixos salários, trabalhos temporários e subcontratados. (Antunes, 2005)

Segundo Albornoz (1995) “no mundo industrial falta o vínculo entre o trabalho e o resto da vida [...] O mundo é domesticado pela submissão ao trabalho...as pessoas se percebem como alegres robôs que não têm efetivo poder de decisão sobre o mundo em que trabalham.” (p.39,41)

O trabalho e a tecnologia tornaram-se o símbolo propulsor do progresso na contemporaneidade.

Discussão Teórica

A sociedade possui sua própria estrutura, que não é definível em termos das características dos indivíduos; esta estrutura é determinada pelos processos de produção e de consumo, pelos rituais, símbolos, instituições, normas e valores. (Moscovici, 2003, p. 153)

Os recortes dos períodos históricos esboçados neste estudo apresentaram algumas representações sociais distintas do fenômeno trabalho.

Representações sociais que segundo Moscovici (2003), “adquirem vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem e dão oportunidade ao nascimento de novas representações” (p.41) e ganham na continuidade e/ou nas modificações dos objetivos e formas de alcançá-los.

O período pré-histórico caracterizado pelo surgimento do ser humano e pelas descobertas, cuja primeira etapa, a Paleolítica inicia-se o trabalho tendo como objetivo a sobrevivência, realizado através da coleta, caça, pesca para extração do alimento da natureza com a repartição por igual a seus membros, as primeiras divisões mesmo que rudimentares do trabalho em que um grupo fabricava as ferramentas e outros caçavam e os seres humanos viviam como nômades em busca da satisfação de suas necessidades.

Nesta etapa, o ser humano estava à mercê da natureza, que de acordo com Moscovici (2003) “o medo instintivo do homem de poderes que ele não pode controlar” (p.29).

O trabalho e os meios para realizá-lo representam o sobreviver, migrando do local para aquisição de seu sustento, em que predominou o que muda o ser humano, tendo ele que se adaptar a natureza.

Na etapa Neolítica o ser humano passou a dominar a natureza, a fixar-se no espaço construindo casas, domesticando animais e aperfeiçoando a fabricação de instrumentos como a faca, machado, o trabalho tinha como objetivo a sobrevivência e agregaram a este a segurança dos bens já conquistados como casa, instrumentos de fabricação.

Deste modo, o trabalho na etapa Neolítica representa o poder do ser humano sobre a natureza, o que o ser humano pode mudar o que constitui como sua obra, adaptando a natureza a suas necessidades.

Na etapa Idade dos Metais, o trabalho tornou-se exercício do poder em que a dominação que outrora se estabeleceu sobre a natureza passou-se a estabelecer-se também sobre o ser humano, comunidade, assim o trabalho representa ação para conquista de poder.

A pesquisadora compreende as etapas Paleolíticas e Neolíticas como pertencentes ao universo consensual, em que a sociedade é reconhecida como um grupo de pessoas que são iguais e o ser humano é a medida de todas as coisas, a sociedade é visível, o grupo de pessoas são iguais e livres.

Pode-se pensar que a etapa Idade dos Metais pertence ao universo reificado, em que a sociedade é reconhecida como um sistema de diferentes papéis e classes, cujos membros são desiguais e as competências adquiridas determinam à participação.

Cada sistema com suas regras e regulamentos em que a história, natureza e todas as coisas responsáveis pelo sistema, são responsáveis pela hierarquia de papéis e classes, cuja sociedade é transformada em um sistema, ignora a si mesma e as suas criações e o ser humano vêem-se como “objetos isolados, tais como pessoas, idéias, ambientes e atividades”, indiferentes à individualidade, neste universo “todas as coisas são a medida do ser humano”. (Moscovici, 2003, p. 50)

Na ótica da pesquisadora, as representações sociais do trabalho no período pré-histórico apresentam-se como descoberta da natureza, do ser humano, das relações, de grupo, de poder e a

cada descoberta ação humana ganha propulsão e o fenômeno trabalho constrói novas representações sociais através das conquistas, domínios e derrotas.

O período histórico caracterizado por mudanças no trabalho com acréscimo de objetivos, aprimoramento do conhecimento, da ciência, da organização social, das técnicas, e dos meios de realização do trabalho, cujo delineamento é dividido em Idades na história.

A Idade Antiga formada pelos povos egípcios, mesopotâmicos, hebreus, fenícios, persas, gregos e romanos marca o início dos processos econômicos e administrativos, a religião como intermediadora entre o(s) deus (es) e a administração estatal e a formação de castas.

Segundo Vicentino (2006), este período, enquanto organização econômica é dividida pelo regime de servidão coletiva, processo adotado pelos egípcios, fenícios, mesopotâmicos, hebreus, persas em que o Estado era proprietário da terra e os membros da comunidade serviam ao Estado, pagando impostos sobre o uso do solo sob a forma de produto ou de trabalho, é o regime escravista, adotado pelos gregos e romanos, em que surge a propriedade privada, desenvolvimento da agricultura e do comércio e o aumento das diferenças sociais, movimento este cujos escravos foram à base do desenvolvimento socioeconômico desses povos.

Do ponto de vista da pesquisadora, parafraseando Moscovici (2003) no universo reificado, tal como nas sociedades embasadas na servidão coletiva e escravista “a sociedade é vista como um sistema de diferentes papéis e classes, cujos membros são desiguais, com organizações preestabelecidas, cada uma com suas regras, um tipo de acordo geral em que os envolvidos estão presos a esta organização.” (p.52)

A religião politeísta e monoteísta tendo como representantes os sacerdotes, magos, profetas, intermediadores entre os seres humanos e o(s) deus (es) surge como um processo de ancoragem, (consistindo na classificação de alguma coisa, estranha, desconhecida e perturbadora ao ser humano para algo conhecido, categorizando tomando como ponto de partida paradigmas existentes)

Neste processo de ancoragem, as religiões tornam familiar o não-familiar, reduzindo a categoria quando dividem o trabalho em classes, confinando os indivíduos a um conjunto de comportamentos e regras que estipulam o que é, ou não é, permitido, em relação a todos os indivíduos pertencentes a estes povos. (Moscovici, 2003)

Para a pesquisadora, o objetivo do trabalho destes povos passa da ação para sobrevivência e defesa com igualdade na divisão da produção para organização e divisão do trabalho de forma racional em classes.

Assim, evidenciou-se e ampliou-se o exercício do poder iniciado na *Idade dos Metais* do humano sobre o humano, de povos sobre povos e agora como manutenção e expansão do poder de um líder, divisor de grupos, sobre o consentimento e alegria dos deuses representados pela organização religiosa.

A servidão coletiva apresentou a cooperação quanto à produção, mas os impostos e entrega dos excedentes aos administradores dos Estados que para os servos eram representantes dos deuses, divindades, representando socialmente o trabalho como culto aos deuses.

O trabalho em regime escravista apresentou dois objetivos para o Estado e a aristocracia a escravidão representou a aquisição e a expansão de suas riquezas, momento onde o homem escravizou outro homem, tratando-o como objeto e, para os escravizados o subsistir, livrar-se de tal situação.

Na Idade Média, o trabalho escravo já não representava conquista e a garantia de lucro, e a Igreja condenava a escravidão e por não corresponder as necessidades de produção foi substituído pelo servilismo.

A organização social embasada no feudalismo dividiu-se em classes, dos senhores feudais, funcionários em nome dos senhores, dos servos, vilões, e escravos em número menor e o clero oriundo do cristianismo, surge com toda força influenciando todas as classes.

Deste modo, os senhores feudais convencionalizaram, (categorizando, localizando os indivíduos) de maneira positiva a seus interesses e prescreveram (impondo as pessoas) o trabalho servil embasados na exploração da terra e na sujeição dos camponeses. (Moscovici, 2003)

Nesta época, cabia aos servos a obediência aos senhores, pagamento dos impostos sobre serviços, material utilizado, produtos e devido essas imposições os servos não se interessavam em aprimorar as técnicas de produção para o aumento da produtividade, pois o resultado era gozado pelos senhores.

Desta forma, para os servos, o aprimoramento das técnicas de produção representava uma ancoragem negativa de sua ação, sendo o fenômeno trabalho objetivado como ato de obediência para sua subsistência cuja melhoria da produção ou técnica não incidiria na melhoria de suas condições de vida.

A Igreja Católica representava Deus, a vontade divina, sendo o único caminho para salvação, cujo objetivo do trabalho não era enriquecer, sendo visto o mesmo ora com desprezo, ora com valorização, em que se ancorava o trabalho ao sofrimento, punição dos pecados e depois como ato de penitência. (Laner, 2005)

A terra até então representante do poder e critério de diferenciação na sociedade, com o desenvolvimento do comércio e surgimento de uma nova classe, a burguesia, passa a uma nova representação do poder ancorada nas transações comerciais e objetivada no dinheiro, moeda.

Pode-se pensar que as representações sociais do trabalho majoritariamente estabelecida entre os senhores feudais – clero – servos, em que os senhores representavam o poder pela terra e riquezas que possuíam; o clero representava a vontade de Deus; os servos representavam a vontade do seu senhor e de Deus e deste modo trabalhavam seguindo a vontade divina e do senhorio, assim sem vontade, sendo instrumentos destes.

O trabalho corporativo no campo formado pelas associações de moradores com um chefe representando os direitos dos membros, confrarias associações financiadas pela Igreja, para auxílio dos camponeses e organização de acordo com o ofício, as corporações de ofício em que os trabalhadores se organizavam sobre a mesma associação com objetivo da garantia de seus direitos.

A união acerca de atividades corporativas em que os seres humanos agem e interagem criando uma realidade social em comum para garantia do direito de ofício, plantio e de vocação religiosa.

Nas corporações de ofício, o trabalho realizado nas oficinas possui hierarquia cuja representação quanto objetivo convergem e divergem. Para o mestre artesão, com domínio de todas as etapas da produção, o objetivo deste é a sobrevivência e o aumento dos lucros, para o companheiro com conhecimento, mas sem instrumentos o ganho de salário com a garantia de sobrevivência, o aprendiz cuja finalidade é a aprendizagem, domínio de um ofício e o jornaleiro cujo trabalho é a garantia do recebimento de um valor por um tempo determinado de serviço.

Na Idade Moderna, o trabalho ganha dimensões amplas com as descobertas da ciência, a centralização do poder no Estado, a reforma da Igreja, o surgimento do humanismo, em que a razão torna-se o eixo de análise do mundo, o capitalismo inicialmente comercial, (em que toda a produção encontrava-se subordinada ao capital comercial e o trabalho assalariado generalizou-se, a concentração da riqueza estava nas mãos dos comerciantes, intermediadores e produtores. Arruda (1990)], e depois industrial, (em que o capital acumulado na circulação de produtos foram investidos na produção, promovendo a aceleração industrial, o trabalho assalariado tornou-se única forma de trabalho e a separação da sociedade dos meios de produção e da sociedade de trabalhadores.)

De modo geral, no capitalismo, o trabalho desenvolveu-se com o objetivo de acumulação de capital, ampliação do mercado, mão-de-obra e desenvolvimento de técnicas de produção.

Nas corporações os mestres desempenhavam mais de duas funções e oprimidos pela burguesia passaram a oprimir os companheiros e aprendizes que com condições de trabalhos precárias, jornadas de trabalho superando 10 horas de trabalho/dia, com salários baixos entravam em conflito com os mestres.

O aumento da demanda de produtos levou ao desenvolvimento do sistema de manufatura e intensificou a divisão do trabalho, tendo agora como seu realizador o operário, que difere do artesão por fazer apenas uma operação na produção da mercadoria, o trabalho começa a ser sistematizado, tendo como objetivo aos burgueses a acumulação de capital e aos operários a garantia de um salário, de sua sobrevivência.

O trabalho para os trabalhadores (mestres, companheiros e aprendizes, operários) tendo como objetivo a sobrevivência, contanto as condições precárias ofuscavam sua realização e as relações sociais, representando socialmente um sofrimento.

No meio religioso é que o trabalho que outrora, na Idade Média era ancorado nos privilégios dos representantes de Deus, segundo a vontade divina, passa a ter como centro o ser humano, sendo este de interesse da época. O desenvolvimento da ciência experimental contribui para própria ciência quanto à teoria e colocada em prática com a fabricação de máquinas para o aumento da produção e dos lucros.

Neste contexto, a hierarquia social acentuou-se, com burgueses reivindicando direitos e reconhecimento ao Estado, à nobreza e ao clero, conflito de posições, supervisor – operários e reivindicação de melhores condições de trabalho e salários.

Parece que em cada classe, posições de trabalho, o fenômeno trabalho constrói representações sociais peculiares em que uma torna a existência da outra possível, pois “ a sociedade muda e cria e suas demandas são importantes fonte de estimulação”. (Moscovici, 2003, p. 127)

Na Idade Contemporânea, o capitalismo industrial com as evoluções tecnológicas acelerou os processos produtivos, o trabalho tornou-se essencialmente assalariado e sobre a divisão entre sociedade dos meios de produções, classe detentora da matéria-prima, indústria e da mão-de-obra e a sociedade de trabalhadores que vendem sua mão-de-obra.

O aumento das discrepâncias entre os ricos e pobres e agora dentro desta divisão a divisão de classes dando origem a luta de classes entre os burgueses pertencentes à sociedade dos meios de produção e o proletariado que se uniram em associações, sindicatos realizando greves para conquista de seus direitos, comprovando o que escreverá Moscovici (2003) “tudo que se pode dizer é que indivíduos chegam a opiniões mais extremadas depois da interação social.”. (p.139)

O trabalho das máquinas representa para alguns trabalhadores o fim do trabalho humano se não a degradação constante dos que não consegue aperfeiçoar-se nestes tempos em que a comunicação e a tecnologia permitem ter o mundo no seu quintal.

Neste período, instala-se a racionalização e estandardização dos processos de produção em que o operário passou a realização de um número reduzido de ações no trabalho, devido à automatização.

As classes sociais distanciam-se mais e mais, em que nesta divisão de classes, mesmo compartilhando o mesmo mundo as representações sociais do fenômeno trabalho divergem e sujeitam-se a servir-se de ambas as representações, de acordo com seus sistemas de valores, suas idéias.

Classes dominantes e dominadas não possuem uma representação igual à do mundo que eles compartilham, mas o vêem com olhos diferentes, julgam-no de acordo com critérios específicos e cada uma faz de acordo com suas próprias categorias. (Moscovici, 2003, p. 87)

Surtem outras formas de trabalho e com estas outras classes além do proletariado, os temporários, os subcontratados sem garantias consistentes e coexistindo os desempregados em busca de trabalho, comprometendo a ancoragem.

Segundo Moscovici (2003), a dominação de uma parte da sociedade por outra em que as classes privilegiadas não explicam por que tais funções devem ser aceitas e seguidas, apenas as justificam, convencionalizam as classes menos privilegiadas que aceitam como algo prescrito em que na primeira trabalha-se com o medo da perda do *status* de dominadora e a segunda com o medo de se perder o emprego, da perda da conquista de seu objetivo a sobrevivência e realização material.

Pode-se dizer que o ser humano considera o trabalho como meio, possibilidade de concretização de seus planos, no entanto os modos de execução aliado aos esforços para sua concretude sem o alcance dos objetivos depreciam sua realização, tomando-o sofrimento, mas com o alcance dos objetivos a glorificação.

Neste estudo, as representações sociais do fenômeno trabalho explicitam, movem e significam as evoluções, contanto as inovações técnicas não foram acompanhadas por todos os trabalhadores que disponíveis no mercado de trabalho compuseram uma nova classe, intitulada de desempregados, cuja construção das representações sociais do trabalho emerge como única garantia de existência social.

Deste modo, as representações sociais do objeto social foram construídas a partir da relação do ser humano com seu objetivo, os modos de execução e a posição que estão na sociedade.

Descrevendo não apenas os objetivos e os meios para alcançá-lo, mas também a relação com as hierarquias sociais, as classes como determinantes e fornecedores dos modos que inferiram nas representações sociais do trabalho, confirmando o que Moscovici (2003) escreveu que:

as representações sociais são sempre um produto da interação e comunicação e elas tomam sua forma e configuração específicas a qualquer momento, como consequência do equilíbrio específico desses processos de influência social. (p. 21)

As ancoragens permitiram à construção e estudo dos objetivos do trabalho e as objetivações a execução e desenvolvimento dos meios de sua realização em um processo contínuo de transformar o não-familiar em familiar pelas descrições dos historiadores.

Na história, a trajetória do fenômeno trabalho quanto os objetivos, que do ponto de vista da pesquisadora, para as classes menos privilegiadas é a sobrevivência e conquista de realizações materiais, cujo meio de sua realização são vistos ora como sofrimento, ora como forma de realização de seus sonhos, planos e para as classes mais privilegiadas como fonte de concretizações e acumulações de poder, constituindo seu meio de realização como prazeroso.

Ambas as classes apresentam a representação social do trabalho dependente direta da realização dos objetivos que almejam oscilando entre a ancoragem positiva, cujo esforços permitem seu alcance e a ancoragem negativa, cuja as ações rumo as metas, depreciam o trabalho, tendo sua realização ausente de satisfação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo possibilitou a compreensão de algumas das representações sociais do fenômeno trabalho, sua construção e interação na trajetória da história do ser humano, compreensão dos aspectos que envolvem essa construção como os objetivos e seus meios de realização.

O estudo colaborou para ampliação do discernimento a respeito do termo trabalho por evitar conceituá-lo, mas trabalhar sua representação, pois conforme reflexão a significação do trabalho quanto fenômeno é resultado de construções históricas e, o levantamento de demandas para a construção de pesquisas que compreendam a relação entre história, trabalho e psicologia sugerindo-se novas pesquisas e trabalhos interdisciplinares.

Considerou-se relevante o estudo do trabalho para psicologia como campo científico, pois este depende e envolve as ações e interações sociais do ser humano, possuidor de estrutura dinâmica, cujas representações sociais foram construídas e partilhadas em uma trajetória de vida em que segundo Moscovici (2003), “nossas representações são instituições que nós partilhamos e que existem antes de nós” (p.309), apresentado e armazenado na história dos seres humanos em sua singularidade e pluralidade.

Os resultados a que se chegaram, deixam o campo aberto para outras leituras dos dados e aprofundamento do mesmo, enaltecendo a importância de se analisar o trabalho a partir do contexto histórico o qual este se insere, bem como servir de complemento para outros estudos concernentes ao trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALBORNOZ, S.(1995) *O que é trabalho*. São Paulo: Brasiliense.
- AQUINO, R. S. L., ALVARENGA, F. M., FRANCO, D. A. & LOPES, O. G. P.C. (1995). *História das sociedades: das sociedades modernas às sociedades atuais*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico.
- ARRUDA, J. J. (1989). *História antiga e medieval*. São Paulo: Ática
- BARBEIRO, H, CANTELE, B. R. & SCHNEEBERGER, C. A.. (2004). *História: volume único para o ensino médio*. São Paulo: Scipione.
- BERUTTI, F. (2004). *Tempos & Espaço – Historia*. São Paulo: Saraiva.
- BLAY, A. & FILHO, E, S. (1962). *Do trabalho à civilização*. São Paulo: Fulgor.
- CROUZET, M. (1958). *História geral das civilizações: VII a época contemporânea*. São Paulo: Divisão Européia do Livro, vol. 1.
- _____. (1958). *História geral das civilizações: VII a época contemporânea*. São Paulo: Divisão Européia do Livro, vol.2.
- FARR, R. M. (1996). *As raízes da psicologia social moderna*. Rio de Janeiro: Vozes.
- HOBSBAWN, E. J.(1977). *A era das revoluções: 1789-1848*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- HUBERMAN, L.(1986). *História da riqueza do homem*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos.
- LANER, A. S. (2005). *Psicologia e trabalho na história: da apropriação do tempo à busca da felicidade*. Rio Grande do Sul: Unijuí.
- MOSCOVICI, S. (2003). *Representações sociais: investigações em psicologia social*; editado para o inglês por Gerard Duveen; traduzido para o português por Pedrinho A. Guareschi. Rio de Janeiro: Vozes.

NEVES, J, & NADAI, E. (1990). *História geral: antiga e medieval*. São Paulo: Saraiva.

OLIVEIRA, C. R. (2006). *História do trabalho*. São Paulo: Ática.

SOUTO M. A.(1978). *História geral*. São Paulo: Nacional.

VICENTINO, C. (2006). *História geral: ensino médio*. São Paulo: Scipione.